



“BUSCAR EM LONGES TERRAS O QUE EM CASA NOS FALTA”: REFLEXÕES SOBRE O ESTRANGEIRO NO PENSAMENTO DE EDUARDO LOURENÇO

“BUSCAR EM LONGES TERRAS O QUE EM CASA NOS FALTA”: REFLECTIONS ON THE STRANGER IN THE THOUGHT OF EDUARDO LOURENÇO

[10.29073/naus.v4i2.798](https://doi.org/10.29073/naus.v4i2.798)

RECEÇÃO: 20 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 28 de novembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 30 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Mafalda Soares , Sorbonne Université, França, mafalda.borges.soares@gmail.com.

RESUMO

Por ocasião do centenário do nascimento de Eduardo Lourenço, e com o intuito de homenagear o seu pensamento enquanto fonte de compreensão dos desafios que atravessam as sociedades europeias dos nossos dias, propomos explorar a noção de “estrangeiro”, focalizando-nos na figura do emigrante português analisada por Eduardo Lourenço na obra *O Labirinto da Saudade*. Abordaremos, mais precisamente, a tendência do imaginário coletivo português, tal como é apresentada no capítulo “A emigração como mito e os mitos da emigração”, para mitificar o fenómeno da emigração. Observaremos que essa tendência representa para Portugal não apenas uma base de criação de certos fantasmas coletivos, mas ainda uma maneira de aceitar a condição europeia do país — e isto na continuidade de um processo de descolonização iniciado nos anos 70 do século XX. Colocaremos, ademais, a tónica no facto de França ter sido (e continuar ainda a ser) um país de referência para os portugueses, acolhendo uma das mais significativas comunidades portuguesas. Para além disso, debruçar-nos-emos sobre as características da integração dos jovens franco-portugueses e dos seus pais em ambiente francês. Com o escopo de aprofundar o pensamento de Lourenço e de tecer uma abordagem comparatista, recorreremos à obra *Étrangers à nous-mêmes* de Julia Kristeva, no âmbito da qual a filósofa búlgara naturalizada francesa reflete sobre o(s) olhar(es) que a civilização europeia pousa sobre os estrangeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Eduardo Lourenço; Emigração; Estrangeiro; Julia Kristeva; *O Labirinto da Saudade*.

ABSTRACT

On the occasion of the centenary of Eduardo Lourenço’s birth, and in order to pay tribute to his thought as a source of understanding of the challenges facing European societies today, we propose to explore the notion of the ‘foreigner’, focusing on the figure of the Portuguese emigrant analysed by Lourenço in his work *O Labirinto da Saudade*. More specifically, we will look at the tendency of the Portuguese collective imagination, as presented in the chapter entitled “A emigração como mito e os mitos da emigração”, to mythologise the phenomenon of emigration. For Portugal, this tendency represents not only a basis for the creation of certain collective fantasies, but also a means of accepting the country’s European condition — in line with a process of decolonisation that began in the 1970s. We will also highlight the fact that France was (and still is) a country of reference for the Portuguese, home to one of the most significant Portuguese communities. We will look at the ways in which young Franco-Portuguese and their parents integrate into the French environment. To deepen Lourenço’s thinking and weave a comparative approach, we will turn to Julia Kristeva’s *Étrangers à nous-mêmes*, in which the Bulgarian naturalized French philosopher reflects on the way(s) European civilization looks at foreigners.

KEYWORDS: Eduardo Lourenço; Emigration; Julia Kristeva; *O Labirinto da Saudade*; Stranger.



1. INTRODUÇÃO

Os anos 60 e 70 do século passado foram particularmente árduos para o povo português¹. A emergência de movimentos independentistas em África², aliada à firme vontade do Presidente do Conselho português, António de Oliveira Salazar, em manter o império colonial — enquanto os ventos do progresso desmantelavam, desde 1945, o colonialismo das antigas potências europeias —, conduziram ao deflagrar de uma guerra entre Portugal e as suas colónias africanas. Tratou-se do último campo de batalha do Estado Novo³, cuja estabilidade já havia sido rudemente posta à prova com o “fenómeno” Humberto Delgado⁴. Para satisfazer a necessidade de soldados em solo africano, o serviço militar tornou-se obrigatório para os homens e o seu destino foi assim desenhado pelas pretensões anacrónicas de um regime em decadência⁵. Diante deste cenário de ausência de livre arbítrio, ao qual inúmeras vezes se juntavam as condições miseráveis em que (sobre)viviam as populações que trabalhavam duramente no campo — a agricultura absorvendo, mesmo com Marcelo Caetano⁶, uma percentagem considerável da população ativa portuguesa⁷ —, muitos decidiram emigrar a fim de poder escapar a uma vida sem perspectivas de futuro. Por conseguinte, entre 1960 e 1970, os fluxos migratórios foram substanciais⁸, tendo França sido um dos países de eleição para os portugueses que, enchendo-se de coragem, deixaram a sua pátria, arriscando até, por vezes, as próprias vidas. A postura do governo português perante esta manifestação migratória massiva não foi totalmente clara — à imagem do que se verificou, aliás, aquando da emigração para o Brasil no século XIX. Ora estimada como

¹ As informações históricas aqui veiculadas são retiradas de dois livros, a saber: *Histoire du Portugal* de Albert-Alain Bourdon et *Histoire du Portugal* de Jean-François Labourdette.

² Podemos mencionar aqui a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto, e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), influenciado pela ideologia marxista e liderado por Agostinho Neto. Foi, com efeito, a revolta deste último movimento, a 4 de fevereiro de 1961 em Luanda, que suscitou uma riposta militar da parte do governo português e o início dos conflitos armados em África.

³ O Estado Novo designa o regime autoritário instalado em Portugal após a aprovação da Constituição de 1933, a qual pôs oficialmente fim à precedente ditadura militar. Este regime está associado à personalidade de António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, que dispensou os antigos militares do poder, tendo-se rodeado de professores universitários. Como características deste novo regime, podemos citar: a ação da polícia política (inicialmente designada por Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, mais tarde tornada Polícia Internacional e de Defesa do Estado); a organização corporativa (que previa a união das forças de produção e a sua representação, assim como a sua participação na vida política sob um regime comum); a submissão da imprensa à censura (simbolizada pelo famoso lápis azul que os censores utilizavam para indicar as passagens a cortar).

⁴ Humberto Delgado foi um general português que se apresentou às eleições presidenciais de 1958 contra o almirante Américo Tomás, candidato proposto pelo Presidente do Conselho. Aquando da sua campanha, o general Delgado, abertamente contra a postura de Salazar, declarou ter a intenção de o afastar do poder. O carisma do “general sem medo” a par das suas proposições políticas (que desafiavam os pilares do Estado Novo) traduziram-se por uma imensa adesão da multidão aos seus discursos. Não obstante, a fraude eleitoral deu a vitória a Américo Tomás. Para além disso, o general Delgado — que constituía um evidente perigo para a continuidade do regime salazarista — não foi poupado, a sua vida tendo-lhe sido retirada pela PIDE em fevereiro de 1965.

⁵ Depois da independência da Argélia em 1962, Portugal tornou-se o único país europeu a conservar as suas colónias. A sua obstinação colonial foi, aliás, mal vista pelos membros da ONU, sobretudo com a chegada ao poder de John F. Kennedy em 1961.

⁶ Em setembro de 1968, depois de uma queda que lhe provocou um acidente cerebral, Salazar teve de ser afastado do poder. Para o substituir, Américo Tomás, então Presidente da República, apelou ao professor Marcelo Caetano. Os primeiros anos do “marcelismo” foram marcados por uma maior abertura de Portugal aos investimentos estrangeiros, por um desenvolvimento do setor industrial, pelo retorno de exilados políticos como Mário Soares, por um atenuar da censura. Todavia, o facto de não cessar a guerra colonial foi o erro mais grave do governo de Caetano, o que acabou por alimentar a insatisfação das Forças Armadas e o desejo de acabar definitivamente com a guerra por via de um derrube do regime — acontecimento que teve lugar no dia 25 de abril de 1974.

⁷ Graças às medidas tomadas por Marcelo Caetano, Portugal testemunhou, entre 1970 e 1973, de um crescimento não negligenciável do setor industrial, o qual começou a empregar uma boa parte da população ativa portuguesa em detrimento do setor primário. Apesar de tudo, a evolução económica do país não permitiu atingir a qualidade de vida que os outros países europeus ofereciam aos seus habitantes.

⁸ Segundo Jean-François Labourdette, em 1972, havia cerca de 500 000 portugueses em França (cf. Labourdette, 2000, p. 819, nota de rodapé 20). Segundo Irène dos Santos: “Entre 1960 et 1974, près de 1,4 million de Portugais ont émigré (10% de la population totale et 25% de la population active), dont un million vers la France” (Santos, 2005, p. 85).



naturalmente favorável para o país — o qual beneficiava do dinheiro enviado pelos emigrantes e da diminuição do número de desempregados —, ora tratada como fenómeno com necessidade de ser regulado — numa tentativa de dirigir as populações da Europa para a África colonizada —, a emigração para destinos europeus não conheceu verdadeiros entraves à sua progressão⁹. Assim se formou uma importante comunidade de portugueses em França recusando a tirania exercida sobre a sua dignidade, ávidos de tomar as rédeas das suas existências.

A situação mudou de rumo após a Revolução dos Cravos¹⁰, algumas medidas tendo sido tomadas para que os emigrantes fossem considerados como parte integrante da nação (ou, até mesmo, da “trans-nação”) portuguesa. O 10 de junho, antigo Dia da Raça na época de Salazar, transformou-se em Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (cf. Santos, 2005, p. 86). A pequena casa lusitana ficava doravante associada, não apenas ao seu poeta épico (ou, pelo menos, reivindicado como tal), mas também às comunidades de portugueses repartidas pelo mundo — associação que, como veremos, simboliza para Eduardo Lourenço uma espécie de transferência compensatória da consciência de uma era perdida. Não é seguramente um acaso o facto de o desejo de tornar visíveis os emigrantes surgir no mesmo momento em que as antigas colónias obtiveram, por fim, a independência. Noutros termos, a visibilidade atribuída ao emigrante — herói dos tempos modernos, que não hesita em desbravar as maiores dificuldades para construir o seu destino, qual navegador em busca de novos mundos e lutando contra o seu próprio Adamastor¹¹ — serve para contrabalançar a invisibilidade histórica do império colonial. O movimento da revolução de abril foi assim duplo: por um lado, tratou-se de deixar partir um passado terrestre que já não estava de acordo com a evolução da humanidade; por outro lado, foi questão de preencher, quanto possível, o vazio deixado pelo abandono de uma quimera histórica que, durante tanto tempo, alimentou o espírito português. Num mesmo impulso, uma parte do passado foi sublimada através da arte — tendo o canto poético servido a imortalização, na esfera literária, do que a esfera material não mais podia realizar —, ao passo que a outra parte do passado, mais recente (a concernente à ditadura e aos seus efeitos secundários, particularmente visíveis a nível social) foi camuflada pelo reconhecimento dos objetivos atingidos pelos emigrantes nas terras que os acolheram, deixando-se cair em esquecimento os detalhes do difícil caminho percorrido¹². Com efeito, as conjunturas de partida e de chegada dos emigrantes — e o estudo dos contextos nacionais e internacionais que justificaram esse movimento de populações — permanecem um campo de estudos pouco explorado¹³, o que pode significar uma incapacidade para

⁹ “Depuis la fin du XIX^e siècle, la politique portugaise de l’émigration apparaît contradictoire, car tout en reconnaissant son apport financier (les devises en provenance du Brésil) et son rôle sociologique (résorption de l’excédent démographique et régulation des tensions sociales), l’État tente simultanément de la maîtriser pour le peuplement de l’empire colonial. L’« État nouveau » maintient cette politique contradictoire. Considérée comme allant à l’encontre de la politique nationale d’expansion, l’émigration, devenue européenne à partir de 1960, est alors « quasiment ignorée » (Santos, 2005, p. 86).

¹⁰ Trata-se da revolução do 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo, permitindo a Portugal (apesar de todas as tensões dos primeiros anos pós-revolução) virar a página da ditadura.

¹¹ No seu artigo “Entre mémoire institutionnelle et mémoire personnelle”, Irène Dos Santos cita uma parte do discurso de encerramento da « Deuxième rencontre des Portugais et Luso-descendants élus dans les municipalités françaises », de 29 de fevereiro de 2004. Nele, torna-se evidente o vazio historiográfico e artístico relativo à emigração portuguesa recente: “Cette épopée, parce que c’est une vraie épopée, est connue dans ses traits généraux, mais pas tellement des Portugais, je parle des Portugais du Portugal. Elle est connue de ceux qui l’ont vécue, qui ont souffert, de ceux qui en ont été les acteurs, mais elle n’a pas eu, ni sur le plan littéraire, ni même sur le plan du documentaire, ou du cinéma, la place qu’elle mérite. [...] Ce n’est pas une épopée au sens de Camoes, racontant nos exploits au XVI^e siècle. Nous ne sommes pas venus ici avec les caravelles [...]. Nous sommes venus pieds nus” (Santos, 2005, p. 87–88).

¹² Irène dos Santos menciona essa tendência de apagamento de um passado (individual e coletivo) traumático por via de um discurso sobre a modernidade de Portugal, doravante parceiro europeu de outras nações e país atrativo para determinadas populações: “Cette politique de la mémoire (les commémorations des ‘Communautés portugaises’) ignore de ce fait une histoire difficile, parfois dramatique pour ses acteurs, et surtout peu valorisante pour le Portugal qui tente aujourd’hui de se construire une image de pays ‘moderne’, devenu d’ailleurs un pays d’immigration. Dans ce contexte, les émigrants portugais sont devenus des ‘citoyens européens’, valorisés politiquement en tant que tels, mais sans passé” (Santos, 2005, p. 89).

¹³ “Désignée comme étant une communauté ‘invisible’ (modèle de l’intégration à la française), relativement peu étudiée par les historiens de l’immigration, la reconnaissance de l’existence d’une population portugaise au sein de la population française et de



olhar para as suas próprias cicatrizes e a partir delas erigir uma narrativa crítica de cura e progressão¹⁴. Em vez de recorrer à História como instrumento passível de criar fantasias aventureiras graças às quais o destino de um povo se empola diante do percurso de outras nações, Portugal poderia tentar utilizar a sua História como instrumento de questionamento de certos percursos iniciados e das consequências — para si mesmo e para os outros — de alguns desses desvios.

Tendo sido apresentadas as bases históricas do nosso artigo, o nosso objetivo será agora aprofundar o olhar sobre a figura do emigrante português no pensamento de Eduardo Lourenço. Para o efeito, debruçar-nos-emos, antes de mais, sobre a caracterização que dele oferece Lourenço no seu célebre *Labirinto da Saudade*. Em complemento, algumas considerações de Julia Kristeva sobre a noção de estrangeiro, desenvolvidas no seu livro *Étrangers à nous-mêmes*, ajudar-nos-ão a compreender certos aspetos da nossa própria estranheza, a qual está intimamente ligada, de acordo a psicanalista búlgara naturalizada francesa, à dos outros. As conclusões tecidas ao longo do nosso discurso serão, por fim, sintetizadas na última parte do nosso artigo. Numa altura em que a questão de uma “identidade nacional ameaçada” renasce nos discursos políticos europeus, nomeadamente em França, afigura-se-nos essencial repensar aqui os conceitos de “nacionalidade”, “estrangeiro” e “integração”, ao mesmo tempo que nos deixamos guiar pelos caminhos, com potencial formador, da História contemporânea.

2. DESENVOLVIMENTO

Eduardo Lourenço deu o título de *O Labirinto da Saudade* a uma série de reflexões pessoais sobre as imagens que Portugal fabricou e continua a fabricar sobre si mesmo. No interior dessa obra, o capítulo “A emigração como mito e os mitos da emigração” analisa uma tendência portuguesa para mitificar o passado, nomeadamente a condição do emigrante, em detrimento de uma atenção dirigida para a dimensão que realmente tomou o fenómeno migratório. Lourenço começa por evocar as cerimónias de celebração do 10 de junho na Guarda (em 1977). Essa comemoração, de iniciativa presidencial e governamental, teria sido caracterizada por um excecional destaque do “Portugal Emigrante” (cf. Lourenço, 2001, p. 88). E esse Portugal seria, aos olhos de Lourenço, uma reformulação contemporânea, politicamente correta, de um Portugal ainda apegado à sua sombra colonial, mas esforçando-se, tanto quanto possível, por dissimular esse apego. Com efeito:

O sentido último da cerimónia festiva da Guarda é transparente: centrar a visão do nosso passado, matriz da que precisamos para iluminar um presente diminuído e inquieto, não em volta da imagem do *português-colonizador* que durante quinhentos anos nos serviu de referência e viático épico e moral, mas do *português-emigrante*, sua versão moderna e aceitável (Lourenço, 2001, p. 88).

Dito de outro modo, o mito do emigrante português serviria de colete salva-vidas a um imaginário coletivo à deriva, que ainda agoniza perante a perda do império colonial — em cuja reverberação, durante muito tempo, o país tomou por hábito ver espelhado o seu reflexo. Ademais, Lourenço sublinha o facto de a independência secular, e do orgulho que dela decorre, ter sido trazida à luz como característica da nação portuguesa, insistindo-se na consagração “dessa nova imagem moral, necessária a um povo sem problemas de identificação étnica e histórica, mas perturbado em profundidade pela questão da sua *identidade* e da sua *vocação* num mundo em acelerada e imprevista metamorfose” (Lourenço, 2001, p. 89). Ainda que Portugal possa vangloriar-se de ter as mais antigas fronteiras da Europa, definidas no século XIII aquando do fim da Reconquista¹⁵, isso não o impede de perpetuar uma inquietação relativa à sua missão no concerto das nações. Note-se que Lourenço emprega a expressão “nova imagem moral”: em teoria, esse

sa spécificité au sein d’une histoire nationale de l’immigration, est une question actuelle qui interroge l’injonction à la mémoire” (Santos, 2005, p.94).

¹⁴ “[...] não é nunca progresso mascarar, desfigurar ou amputar o passado em função das urgências do presente, discutíveis ou passageiras” (Lourenço, 2001, 89).

¹⁵ Cf. Labourdette, 2000, p. 52–53.



pequeno país virado para o Atlântico segue a evolução das mentalidades à imagem dos seus colegas ocidentais, acompanhando as mudanças comportamentais às quais convidam os tempos modernos; porém, na prática, o imaginário português continua a flutuar ao largo de um passado erigido como epopeia e como realização, primeira e última, do povo lusitano. Mais do que período descrito nas páginas de um manual escolar com valor pedagógico para o presente e para o futuro, as Descobertas continuam a funcionar como uma espécie de moleta mental — inúmeras vezes sublimada ou subsumida noutras representações, tais como o quinto império de Fernando Pessoa —, aliviando um trauma recente vivido como perda irreparável, tendo já começado em 1822, com a independência do Brasil¹⁶. É eventualmente uma das razões pelas quais, em junho de 2002, aquando das festividades organizadas pela Embaixada de Portugal em Paris e pela Mairie de Paris, as histórias de vida dos emigrantes portugueses em França foram completamente omitidas. Para preencher o silêncio sobre o atravessamento de fronteiras de um país para outro e sobre as condições encontradas à chegada — o que equivaleria a voltar aos duros anos da ditadura salazarista —, a tónica foi colocada na integração conseguida pela comunidade portuguesa em França e na sua extraordinária capacidade de adaptação, de resiliência, de sacrifício, nunca esquecendo ecos épicos e longínquos¹⁷. Entre um passado por assim dizer glorioso, confirmando que “Portugal não é um país pequeno” (segundo a célebre fórmula da propaganda salazarista) e uma entrada na União Europeia vista como forma contemporânea de se estender para lá de um pequeno retângulo geográfico separado do centro da Europa, Portugal encontra-se perante um dilema. Entre a culpabilidade de ter sido grande e a vontade de continuar a sê-lo por meios que evocam, direta ou indiretamente, a sua “idade de ouro”, eis que Portugal se perde num complexo identitário.

Apesar daedulcoração à qual o fenómeno migratório contemporâneo ficou submetido, Eduardo Lourenço mostra-se infatigável na sua tentativa de demonstrar que a emigração portuguesa, nomeadamente para França, esteve intimamente ligada à pobreza e ao estado de um país então subdesenvolvido relativamente aos seus parceiros europeus¹⁸. Não foi a atração pela aventura e pelo desconhecido — atração por vezes tratada como uma espécie de característica genética transmitida aos descendentes dos conquistadores — que desencadeou a saída massiva de portugueses para outros países, mas antes a incapacidade que Portugal demonstrava em oferecer aos seus cidadãos a dignidade que lhes era devida. E uma vez que essa inaptidão ainda pesa sobre a nossa consciência histórica como culpa à qual o imaginário coletivo não deseja regressar, as Humanidades começam timidamente a debruçar-se sobre

¹⁶ Acentue-se que, mesmo se certas manifestações culturais, com vista a uma adaptação perante tendências contemporâneas de pensamento, tentam transformar o império colonial em império espiritual e a conquista em aventura, é absurdo, para Eduardo Lourenço, querer interpretar a obra camoniana sem ter em conta a componente inegavelmente colonial do tempo em que foi composta: “É um contra-senso cultural — embora de tentação óbvia — querer fazer coincidir a imagem literária de Camões e a sua imagem *ideológica*” (Lourenço, 2001, p. 89).

¹⁷ Lourenço lembra, aliás, a tendência de alguns historiadores e sociólogos para provar a índole emigrante do povo português, índole amplamente realizada durante o período dos Descobrimentos. Impera, todavia, recordar que, de acordo com o nosso eminente pensador, a antiga emigração (a que se iniciou no século XV) e a emigração recente (a do século XX) não são do mesmo tipo, apesar das ligações que se procura tecer entre ambas. A emigração dos anos 60 e 70 pressupõe a miséria e a pobreza tão recorrentemente esquecidas. “Historiadores eminentes como Vitorino Magalhães Godinho ou sociólogos da cultura portuguesa como Joel Serrão poderiam explicar-nos até que ponto uma grande parte da nossa aventura histórica «expansionista» pode, ou não, ser considerada como uma espécie de subproduto desse fenómeno mais radical da nossa condição de emigrante. Mas com a maior boa vontade do mundo, nem um nem outro poderiam amalgamar numa só referência, ou atribuir o mesmo significado, e, por conseguinte, o mesmo papel como elemento definidor do perfil no mundo, ao processo global da nossa «emigração» à antiga e à moderna, por serem, como são, de sinais contrários” (Lourenço, 2001, 91).

¹⁸ “Pobres, saímos agora de casa para servir povos mais ricos e organizados do que nós. Nenhum Camões — nem de entre os herdeiros do neo-realismo — se lembrou de tematizar, como conviria, esta «gesta» de um tipo novo. Talvez seja excessivo convocar a memória da epopeia positiva [...] para converter em qualquer coisa de exaltante o que é da ordem da pura necessidade e ao mesmo tempo um resumo aflitivo de todos os males de que há muito sofremos enquanto nação insuficientemente desenvolvida” (Lourenço, 2001, 92).



essas peripécias e a exumar os traumas passados atinentes ao atravessamento de fronteiras¹⁹. Um dia, será necessário substituir o tom grandiloquente e homérico por uma inflexão introspetiva e sensata, capaz de analisar os feitos históricos à luz do que sucedeu e não movidos pela vontade de ver aparecer, através dos sons e dos sentidos da língua portuguesa, uma ilusão de ótica do país. É, na verdade, uma das intenções de Lourenço:

A emigração moderna (na verdade há duas, a da França ou Alemanha não é a mesma dos países de emigrantes como a Venezuela ou o Brasil) é um fenómeno complexo que põe em causa, a diversos níveis, de maneira indirecta, a imagem de nós mesmos mas por isso deve ser apreendida *na sua verdade*, de maneira adulta e não servir de pretexto como serve a muita gente, a fantasmas colectivos, uns positivos outros negativos, que têm pouco a ver com ela e tudo com a boa ou má consciência com que aqueles que não emigraram a utilizam. E dessa verdade faz parte integrante esta evidência imensamente triste e imensamente justa: milhares e milhares dos nossos compatriotas — e em particular os seus filhos — são *felizes* lá fora, ou pelo menos, já estão tão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume. Insinuar o contrário é mentir ou querer iludir-se, e era bom que uma boa parte da «ideologia» da assistência cultural ao emigrante tivesse em conta, mais do que é costume, uma realidade pouco grata ao nosso amor próprio de povo criador de povos, hoje solicitado a fundir-se em outros sem regresso possível” (Lourenço, 2001, p. 93).

O fenómeno contemporâneo da emigração deve, portanto, ser considerado como um lugar de questionamento sobre as verdadeiras características do Portugal atual e sobre as possibilidades que este oferece, ou não, aos portugueses. E, no caso em que um questionamento ocorra de facto, esse deverá implicar pôr em causa as imagens atrás das quais se escondem não-ditos, de entre os quais aqueles que retiram Portugal do seu pedestal heroico e mitificado. Por conseguinte, atingir uma certa maturidade histórica implicaria saber abordar os acontecimentos *tal como se apresentaram* e não *tal como podem servir a construção de uma representação quimérica de um país*. Cessar de acreditar que Portugal tão-só pode ser grande para além das suas fronteiras terrestres e que o valor do país depende dos feitos realizados fora do território seria já um primeiro passo para uma visão mais realista do destino nacional²⁰. Ademais, aceitar que outros países possam oferecer melhores condições de vida aos portugueses e que esses países beneficiarão de uma força de trabalho e de qualidades intelectuais ou empresariais que não teriam podido ver a luz do dia se essas pessoas não tivessem emigrado é outro passo em direção à consciência do país sobre a sua própria realidade. No fundo, mais do que nos trazer à memória o passado no seu pretensu esplendor, o emigrante contemporâneo deveria conduzir-nos a entrever o reverso da medalha, os silêncios perpetuados por um imaginário que privilegia a fantasia em detrimento da análise.

¹⁹ Referindo-se à experiência dos retornados — outro fenómeno migratório traumático para o Portugal descolonizado e pós-ditatorial —, Elsa Peralta frisa uma atenção recente, a partir dos anos 2000, virada para um silêncio memorialístico (cf. Peralta, 2019, p. 332–334). Essa atenção teria sido despertada: pelo tempo (uma vez que a autorreflexão exige uma certa distância temporal entre o trauma e a capacidade de o abordar); o envelhecimento (dado que o fim da vida instaura uma necessidade, para os pais e/ou para os filhos, de fazer o ponto da situação sobre certas experiências); a vontade de entender (de fazer renascer o passado para nele inscrever o sentido das suas ações e o seu papel num destino comum). Ora, todos estes fatores podem também explicar uma vontade nascente de concentrar-se nos lugares esquecidos da História de Portugal, como a preconizada por Eduardo Lourenço.

²⁰ O programa *Portugueses pelo Mundo*, um conjunto de curtos documentários difundidos pelo canal televisivo RTP, reforça o olhar orgulhoso de um país relativamente aos seus emigrantes — orgulhoso, mais precisamente, daquilo que esses emigrantes representam no seio de outras nações, uma vez que souberam mostrar o seu valor no estrangeiro. Não por acaso, na descrição da série, é possível aperceber a frase “Portugal é conhecido por dar cartas no Mundo, com profissionais de excelência nas mais diversas áreas”, o que pressupõe uma espécie de transferência metonímica. Com efeito, o alcance das ações dos emigrantes tem um impacto direto na imagem de Portugal para lá das suas fronteiras, o que significa que o sucesso dos portugueses fora do seu país de origem se transforma no sucesso de Portugal aos olhos do mundo. Reencontramos aqui uma tendência já apercebida neste artigo, a saber: o facto de se colocar a tónica no que foi adquirido, e não no percurso, por vezes árduo, para lá se chegar.



Essa capacidade de colocar em causa a nossa própria imagem, identificada por Lourenço na figura do emigrante, tem ecos surpreendentes com as observações de Julia Kristeva a propósito do estrangeiro:

Étrangement, l'étranger nous habite : il est la face cachée de notre identité, l'espace qui ruine notre demeure, le temps où s'abîment l'entente et la sympathie. [...] Symptôme qui rend précisément le « nous » problématique, peut-être impossible, l'étranger commence lorsque surgit la conscience de ma différence et s'achève lorsque nous nous reconnaissons tous étrangers, rebelles aux liens et aux communautés (Kristeva, 1991, p. 9).

À imagem do emigrante de Lourenço — que apela a visitar o “nós” que o imaginário coletivo constrói como um todo unido, feliz e coerente —, o estrangeiro de Kristeva abre a porta a um lado oculto com que não temos o hábito de lidar. Por este facto, o estrangeiro apresenta-se como aquele que faz desmoronar as estruturas do meu próprio abrigo, uma vez que propõe uma diferença incapaz de se encaixar no quadro mental de quem dele se aproxima. O estrangeiro instaura a consciência de uma distinção, podendo essa consciência levar ao reconhecimento de um lugar ainda não explorado, de uma zona desconhecida no interior do sujeito, ou até mesmo no interior da coletividade, à qual o estrangeiro não pertence, mas em que se insere. Noutros termos, a diversidade trazida pelo estrangeiro incita a uma relativização da nossa própria verdade²¹. Podemos, assim, estipular que o emigrante de Lourenço é estrangeiro à maneira de Kristeva: não apenas porque provoca no outro uma reflexão sobre a sua estranheza (sobre o que esconde a si mesmo), mas ainda, e por ricochete, porque coloca questões sobre lugares estrangeiros/estranhos aos quais os indivíduos e as coletividades não estão acostumados a fazer referência. O emigrante de Lourenço é, à imagem do estrangeiro de Kristeva, uma presença entre dois mundos, tornado estrangeiro para o país que deixa atrás de si — e instaurando nesse país abandonado uma necessidade de repensar as condições de vida que oferece aos seus cidadãos — e estrangeiro no país que o acolhe — propondo, com a sua bagagem cultural e social, um nova maneira de ver o mundo. Em suma, o emigrante-estrangeiro é aquele que, encontrando-se numa posição intermediária, incita duplamente a colocar em causa verdades adquiridas. É-nos, assim, possível afirmar que “emigrante” é um termo referente a uma *condição geográfica* associada ao movimento (o facto de sair do seu país natal para entrar noutro país), ao passo que o “estrangeiro” é um termo mais vasto fazendo alusão à *condição metafísica* de todos quanto deixaram os seus lares — e que, incarnando uma certa forma de exterioridade, acabam por simbolizar uma certa forma de questionamento.

Esta ideia de questionamento e esta vontade de voltar aos subentendidos do passado é, segundo Irène dos Santos (cf. Santos, 2005, p. 89), uma propensão verificável em alguns jovens franco-portugueses, filhos de emigrantes em França. Com efeitos, alguns têm tendência para se sentir emocionalmente ligados ao país dos seus pais, reunindo-se em espaços associativos a fim de manter contacto e preservar essa cultura portuguesa. Alguns alimentam inclusive a vontade de ir viver para Portugal, país de férias e de origens familiares idealizado, quando tiverem terminado os estudos em França. Para além do mais, o falecimento de um membro da família ou o nascimento de um filho pode provocar nestes jovens franco-portugueses uma vontade de interrogar as zonas sombrias da vida dos seus ascendentes. Instala-se, então, uma busca para clarificar aspetos não mencionados nos discursos dos pais e/ou dos avós, de entre os quais as árduas travessias a pé ou de transportes para chegar até França, a clandestinidade da partida, o quotidiano miserável nos bairros de lata franceses. Como sublinha Irène dos Santos: “Leurs parents ont préféré taire des événements de leur vécu jugés traumatisants, même s’il est probable que la mémoire de l’émigration est différemment assumée selon les représentations que s’en fait l’émigré (culpabilité, fierté), selon la nature de l’expérience (la clandestinité a engendré des conditions traumatisantes, humiliantes) et les raisons de départ (économiques, politiques)” (Santos, 2005, p. 90). Por um lado, esse espaço vazio das memórias individual e

²¹ “L'étranger se fortifie de cet intervalle qui le décolle des autres comme de lui-même et lui donne le sentiment lointain non pas d'être dans la vérité, mais de relativiser et de se relativiser là où les autres sont en proie aux ornières de la monovalence.” (Kristeva, 1991, p. 16).



coletiva é motivado pela incapacidade do destino de partida e do destino de chegada em confrontar-se com a situação dos emigrantes e em desfazer-se de certos fantasmas de um imaginário partilhado. Por outro lado, o silêncio é cimentado pela vergonha sentida no próprio seio das famílias e por uma vontade de não sobrecarregar os filhos com conteúdos mnésicos negativos. Podemos, assim, concluir que o tabu, coletivamente aceite — e, de certa maneira, coletivamente desejado —, é reforçado por uma atitude de autocensura pela parte dos indivíduos quanto ao seu passado.

Paul Connerton, autor do artigo *Seven types of forgetting*, apresenta três tipos de esquecimento que descrevem, em nosso entender, alguns traços da emigração portuguesa em França. O primeiro é o *prescriptive forgetting*, ou seja, o tipo de esquecimento operado pelos poderes instituídos com vista a um interesse, por assim dizer, comum²². Connerton dá o exemplo da Grécia que, depois de um tempo de ditadura, proibiu a memória de qualquer crime e de qualquer crueldade associados a esse período, para que a vida na *polis* pudesse continuar. Isto equivale a dizer que esquecer as dificuldades passadas é visto como uma etapa necessária para uma adaptação mais serena ao presente. Não voltar a certas experiências — ou até, fazer como se não tivessem existido — seria recomendável para poder avançar enquanto sociedade. Este raciocínio parece ter sido colocado em prática pelo governo português no pós-25 de abril (ansioso por enterrar a memória salazarista e os seus símbolos). Todavia, bem sabemos, desde Freud, que as experiências traumáticas, se recalçadas, acabam por manifestar-se sob formas diversas, e que os não-ditos encontram sempre qualquer outro meio simbólico para se expressar. Por conseguinte, voltar aos traumas históricos seria uma maneira sã, não apenas de dar voz a todos quanto não puderam ou não quiseram partilhar as suas humilhações, mas ainda de perguntar que valores mais pesam para os Estados em detrimento do bem-estar e da segurança dos seus cidadãos.

O segundo tipo de esquecimento que aqui nos interessa é o *forgetting that is constitutive in the formation of a new identity*²³. Contrariamente ao *prescriptive forgetting*, que emana de uma resolução dos governos, este esquecimento desenvolve-se a partir da ação dos indivíduos. Para poder principiar uma nova etapa do seu percurso, o sujeito esforça-se por renovar o conjunto das suas memórias ao mesmo tempo que deixa para trás as lembranças que o ligam a um passado doloroso. Foi o caso de muitos emigrantes portugueses em França que decidiram concentrar-se na transformação da sua infeliz condição em benefício para o futuro dos seus filhos e da sua reforma, o regresso a Portugal sendo amiúde o derradeiro objetivo em fim de vida. Dito de outro modo, o passado é deixado de lado, silenciado na sua crueldade, para que se possa abrir espaço para um presente que prepara um melhor porvir.

O último tipo a que desejamos fazer referência é o *forgetting as a humiliated silence*²⁴. O choque emocional suscitado pela consciência de se ter sido humilhado impede os indivíduos e as coletividades de falar sobre o assunto sem por ele serem profundamente afetados (ou até, de encontrar as palavras adequadas para o abordar); eis a razão pela qual o tempo e o distanciamento que este possibilita são necessários para uma eventual confrontação com certos acontecimentos. Por conseguinte, para que os cidadãos e as nações possam fazer face às suas feridas abertas, um

²² “What might be called prescriptive forgetting is distinct from this. Like erasure, it is precipitated by an act of state, but it differs from erasure because it is believed to be in the interests of all parties to the previous dispute and because it can therefore be acknowledged publicly” (Connerton, 2008, p. 61).

²³ “The emphasis here is not so much on the loss entailed in being unable to retain certain things as rather on the gain that accrues to those who know how to discard memories that serve no practicable purpose in the management of one’s current identity and ongoing purposes” (Connerton, 2008, p. 63).

²⁴ “We are faced here with the silence of humiliation and shame. The conspicuous paucity of observation and comment on the subject of the bombing and its long-term effects amounts, in other words, to the tacit imposition of a taboo. Confronted with a taboo, people can fall silent out of terror or panic or because they can find no appropriate words. We cannot, of course, infer the fact of forgetting from the fact of silence. Nevertheless, some acts of silence may be an attempt to bury things beyond expression and the reach of memory; yet such silencings, while they are a type of repression, can at the same time be a form of survival, and the desire to forget may be an essential ingredient in that process of survival” (Connerton, 2008, p. 68).



período de tabu — ou de cicatrização — é voluntária ou involuntariamente instaurado. Trata-se, segundo Connerton, de uma espécie de repressão que funciona, em simultâneo, como um instinto de sobrevivência. Assim o foi para a sociedade portuguesa do século XX: para poder virar a página compacta da ditadura — à qual se associava, entre outras coisas, a guerra colonial —, e para conseguir enfrentar todos os danos sociais, culturais, económicos e políticos que esses acontecimentos infligiram nos portugueses, estes últimos aprenderam a não ser confrontados com esta dura realidade: o seu próprio país, que deveria ser um lugar seguro, tirara-lhes dignidade e futuro, tendo-os forçado ao exílio.

3. CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, voltemos à citação de Eduardo Lourenço que dá título ao nosso artigo:

Aventura de pobre é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhes falta. Contudo, não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes, tanto sob o plano cultural como político, em unir ou assimilar o que a história separou e continua separado. [...] Que tem a ver *esta* «emigração» [a «emigração» simbólica, de que Camões seria agora o exemplar e mítico patrono] [...] com a *emigração dolorosa* que há duas dúzias de anos converteu a população mais pobre, mas também a mais enérgica, das nossas aldeias e vilas, nos *soutiers de l'Europe* para empregar um título famoso de *Le Monde*? (Lourenço, 2001, p. 91–92).

Noutros termos, a emigração do século XX está intimamente ligada a uma falta, a uma necessidade, a uma carência, sentidas no âmago do país de origem. E querer dissimular essa penúria, essa pobreza, essa miséria através de uma analogia recorrente com um outro tipo de emigração histórica, que data do tempo das Descobertas, é areia atirada para os nossos olhos. As épocas e os motivos não são comparáveis; ou talvez o sejam na exata medida em que são o verso e o reverso de uma mesma medalha, a saber: o olhar de Portugal sobre si mesmo. Ao passo que a emigração do tempo de Camões constitui a imagem com a qual os portugueses almejam aparecer perante si próprios e perante o mundo — a exterioridade pretendida, a grandiosidade sonhada —, já a emigração do tempo de Salazar se apresenta como o conjunto de feitos e de memórias que o país anseia recalcar para que com ele não tenha de se confrontar e de se identificar. Eis a razão pela qual a primeira é louvada pelo canto de um poeta alegadamente épico²⁵, enquanto a segunda está ausente dos discursos políticos, das celebrações nacionais, dos manuais de História.

Tendo em conta as informações aqui veiculadas, e com o intuito de adensar o debate sobre os desafios nacionais e internacionais que os fluxos migratórios contemporâneos representam, propomo-nos encerrar a nossa contribuição com potenciais definições de “nacionalidade”, “integração” e “estrangeiro”. A nacionalidade pode, a nosso ver, ser compreendida como uma ligação de natureza múltipla (jurídica, política, social, administrativa, cultural, histórica), estabelecida entre o indivíduo, os seus compatriotas e o Estado. Exteriormente, esta ligação manifesta-se pelo pertencimento a uma comunidade e pela adoção, mais ou menos bem-sucedida, dos direitos e dos deveres dessa comunidade. Interiormente, essa ligação toma a forma de um património partilhado — a que correntemente se dá o nome de “imaginário coletivo” —, o qual existe por via das adesões e das resistências que cada sujeito transporta em si relativamente a essa herança. Por conseguinte, ter uma nacionalidade implica não apenas receber o material que um certo país nos lega, mas ainda ser capaz de questionar as zonas sombrias e as incoerências da sua própria tradição. Dito de outro modo, isso pressupõe pertencer e, ao mesmo tempo, colocar em questão — ou, se quisermos, pertencer por via de um processo de questionamento. Da mesma forma, “integração” (isto é, o facto de se entrar e de se tornar parte integrante de) passa pela receção de uma realidade outra e, simultaneamente, por uma espécie de resistência ou de confrontação entre a bagagem que já se tem e aquela com que nos deparamos. Ora, essa resistência não deve ser interpretada como uma tentativa de substituição da cultura local ou como uma prova de

²⁵ Não nos esqueçamos que, no fim de cada Canto d’*Os Lusíadas*, há um “desencanto”, uma vez que aí o poeta deixa rédea solta ao seu lirismo, o qual confere uma viva expressão ao seu descontentamento quanto à época e quanto aos seus contemporâneos.



inadaptação da parte de quem chega, mas antes como uma eventualidade de diálogo e de trocas entre culturas. Ao colocar-se em movimento, o emigrante transforma o seu olhar perante o país que deixa e leva, para o seu novo lar, um modo original de ver o mundo. Se as nações se preocupassem mais com reinventar-se e menos com cristalizar-se, talvez pudéssemos repensar mais facilmente o passado, assim como as representações que este constrói do presente e do porvir. Na verdade, o alegado “problema” da emigração é amiúde um “problema” de contestação de uma imagem erigida para durar, qual essência imutável de um povo; mas é esquecermo-nos de que a história de um país não se limita à história dos seus cidadãos, arquitetando-se graças às simbioses derivadas do cruzamento de várias comunidades²⁶. E tendo em conta que, como visto anteriormente, o estrangeiro é todo aquele que pode fazer emergir conteúdos recalcados pelos indivíduos e pelas sociedades, juntemo-nos a Julia Kristeva e a Sigmund Freud a fim de tornar mais complexa esta reflexão. O inconsciente freudiano — associado, por excelência, ao estranhamento — é uma familiaridade, uma proximidade, uma intimidade colocada à distância, descartada, rejeitada²⁷. O outro — ou seja, aquele com quem não desejo identificar-me ou, até, as histórias que não temos intenção de contar a nós mesmos — é parte integrante do mesmo — das narrativas com as quais se constitui um sentimento de si. Assim é o caso do estrangeiro: humanamente próximo e imaginariamente diferente, confortando-nos no seu pertencimento à humanidade e desestabilizando-nos enquanto membro de outra comunidade. Ele é, ao mesmo tempo, familiar na sua universalidade e desconhecido na sua particularidade. E na sua condição de espelho dos nossos próprios sentidos ocultos, é um desafio lançado aos mais audaciosos. Assim sendo, em vez de dizer “que faz este estrangeiro no meu país?”, talvez devêssemos começar por colocar uma outra questão: “que zonas secretas de mim mesmo e do que me envolve este estrangeiro me obriga a mostrar?”. E, porventura, trilhando esse caminho ao qual nos convida o estranhamento, conseguiremos um dia fazer com que o rosto dos nossos emigrantes não mais seja a superfície para lá da qual se deixam esquecidas certas histórias, mas antes a fachada sobre a qual se esquivam as primeiras letras das páginas desvanecidas da nossa História.

REFERÊNCIAS

Kristeva, J. (1991). *Étrangers à nous-mêmes*. Gallimard.

Connerton, P. (2008). Seven types of forgetting. *Memory Studies*, 1(1), 59–71. <https://marcuse.faculty.history.ucsb.edu/classes/201/articles/08Connerton7TypesForgetting.pdf>

Labourdette, J.-F. (2000). *Histoire du Portugal* (versão numérica). Fayard.

²⁶ Tomemos o exemplo da História de Portugal. Como poderemos nós compreender o Portugal atual se não tivermos em conta os povos que habitaram na Península Ibérica antes da Reconquista, como sejam os iberos, os fenícios, os gregos, os romanos, os suevos, os visigodos ou os berberes (cf. Labourdette, 2000, p. 20–32)? Para além disso, o pai de D. Afonso Henriques vinha de Borgonha e a sua mãe era filha do rei de Leão, de Castela e da Galiza (cf. Labourdette, 2000, p. 38–41). E não se deve esquecer que os Descobrimentos não foram possíveis senão graças a conhecimentos e instrumentos vindos de outras partes do mundo: o aperfeiçoamento da bússula proveniente da China e o seu uso difundido pelos árabes no Mediterrâneo; a vela triangular inventada pelos gregos ou pelos sírios; os barcos cantábricos exportados em diferentes regiões da Europa no século XIV; a grande variedade de navios de origem muçulmana no sul de Portugal; os saberes do mundo romano; a tradução de tratados árabes depois da Reconquista; o aperfeiçoamento do astrolábio pelos muçulmanos; os conhecimentos transmitidos pelos peregrinos, pelos embaixadores e pelos viajantes em toda a Europa; a participação dos italianos, dos bascos, dos castelhanos e dos povos do Norte da Europa na expansão portuguesa (cf. Labourdette, 2000, p. 181–185).

²⁷ “Cette immanence de l'étrange dans le familier est considérée comme une preuve étymologique de l'hypothèse psychanalytique selon laquelle « l'inquiétante étrangeté est cette variété particulière de l'effrayant qui remonte au depuis longtemps connu, depuis longtemps familier » [...]. Ainsi donc, ce qui est étrangement inquiétant serait ce qui a été (notons le passé) familier et qui, dans certaines conditions (lesquelles ?), se manifeste. Un premier pas est franchi qui déloge l'inquiétante étrangeté de l'extériorité dans laquelle la fixe la peur, pour la replacer à l'intérieur non pas du familier en tant que propre, mais d'un familier potentiellement entaché d'étrange et renvoyé (par-delà son origine imaginaire) à un passé impropre. L'autre, c'est mon (« propre ») inconscient” (Kristeva, 1991, p. 270–271).



Bourdon, A. A., & Léonard, Y. (2019). *Histoire du Portugal* (version numérique). Chandeigne.

Lourenço, Eduardo (2001). *O Labirinto da Saudade — Psicanálise Mítica do Destino Portugêses* (version numérique). Gradiva.

Peralta, Elsa (2019). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise Social*, 54(2), 310–337. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019231.04>

Santos, Irène dos (2005). « Entre mémoire institutionnelle et mémoire personnelle. Quelle mémoire partagée de la migration portugaise en France ? ». *Diasporas: Histoire et société: Migrations en mémoire*, 6, 84–95.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.